

# TÉCNICA, DIREITO E MORAL: O COTIDIANO EM CONFLITO-TRANSFORMAÇÃO NO MEIO RURAL DA REGIÃO DE PASSO FUNDO

João Carlos Tedesco<sup>1</sup>

## SINOPSE

*No texto, busca-se refletir sobre relações familiares e de trabalho na dinâmica da vida do ethos camponês imbricado na racionalidade técnico-econômica. A preocupação básica é mostrar o encontro de duas lógicas não totalmente diferentes, nem homogêneas, mas que, em conflito, conservam especificidades e conquistam espaços socioeconômicos.*

*Palavras-chave: família, tradição, técnica.*

## 1 INTRODUÇÃO

Desde que a presente revista foi criada (1993), discutimos e tentamos entender socioeconomicamente o espaço agrário/agrícola da região, a qual se caracteriza pela pequena produção familiar. Vimos discutindo o processo de modernização, sua vertente agroindustrial e seus efeitos regionais (n.1 e n.3); o processo de urbanização da região e a sobrevivência de ex-camponeses na periferia urbana de Passo Fundo como efeitos das transformações do meio rural (n.2 e n.5); refletimos teoricamente sobre os paradigmas e conceituações socioeconômicas referentes ao espaço agrário (n.4 e n.6).

Em todos os momentos, sempre perpassou uma preocupação: o resgate de uma lógica camponesa que se constrói (não linearmente) e é construída em meio à racionalidade técnico-econômica. A intenção foi, sempre, perceber a *estrada da modernidade* em conflito com o espaço da tradição, o resgate da restauração da tradição pela modernização e, ao mesmo tempo, perceber como o trânsito pela ordem econômica moderna se realiza nos horizontes da tradição moral. É essa imbricação que é problemática e instigante.

Objetivamos aqui refletir, em linhas gerais, em torno de três elementos interligados entre si e não desligados dos demais, os quais, no nosso entender, colaboram para a redefinição das formas de vida cotidiana da unidade familiar

---

<sup>1</sup> Professor da FEA/UPF, doutorando do curso de Sociologia da Unicamp.

Teor. Evid. Econ.	Passo Fundo	v.4	n.7/8	p. 49 - 70	maio/nov. 1996.
-------------------	-------------	-----	-------	------------	-----------------

camponesa da região<sup>2</sup> em meio às transformações em processo: a *técnica*, o *Direito* e a *moral*. A intenção é vê-los não no âmbito teórico-filosófico, mas, sim, sob o prisma do conhecimento das relações e ações da vida cotidiana, quer dizer, inseridos no horizonte de compreensão e exteriorização do pensamento e do saber prático cotidianos.

O que queremos é inventariar e compreender as transformações em curso sob a ótica da técnica, o impacto sobre os camponeses, a relação no âmbito do local com a sociedade global (intencionalidades do modelo), as implicâncias individuais nesse projeto coletivo (interno e externo), rearranjos, argumentos dados e considerados no processo... No fundo, o que queremos é perceber, via mundo camponês, como se integram no seio deste horizontes métodos de produção técnico-industrial, bem como mecanismos de construção, reconstrução de sua subjetividade.

### 1.1 Justificativas

A técnica, o Direito, a moral (redefinidos sob a ótica da racionalidade moderna em conflito com *categorias nucleantes*, tais como família, trabalho, honra, autonomia...) podem muito bem intercambiar economia e valores camponeses<sup>3</sup>. Ambos se expressam no mundo do trabalho, no *formato* da família, nas vivências sociais-comunitárias, muitas vezes *adormecidos* e naturalizados no plano das relações sociais e dos valores que a lógica econômica e a abordagem dessa lógica apreendem apenas racionalmente, não *quebrando* a lógica do discurso, nem fazendo aflorar valores não imediatos.

É claro que há inúmeras transformações em curso que, ao que parece, se dão sob a ótica da racionalidade técnico-econômica, portanto externa, tais como: modificação na estrutura tradicional do parentesco enquanto elemento de reprodução do patrimônio e do camponês; redução do número de filhos;

---

<sup>2</sup> Devido à limitação de espaço, não temos condições de caracterizar a região, nem de especificar questões de ordem teórico- metodológica da análise empírica. Acompanhamos algumas situações da vida cotidiana de um grupo de pequenos camponeses familiares, grande parte deles modernizados em seu processo produtivo, ligados ou não à produção agroindustrial, numa região de topografia muito montanhosa, nos municípios de Casca e Serafina Corrêa, sendo grande parte descendentes de imigrantes europeus (italianos e alemães). Grande parte da coleta de informações (entrevistas diretas, questionários, observações aleatórias...) resultou da pesquisa realizada quando da realização da dissertação de mestrado (1990, 1991), porém quase nada presente nela por tratar de outra questão; são observações complementares que estão servindo de matéria-prima para novas análises no sentido de se compreender e melhor problematizar o objeto em questão.

<sup>3</sup> Ver *Garcia Junior* (1983), *Woortmann*, E. (1990), *Woortmann*, K. (1995), entre outros.

masculinização e adultos presentes no meio rural; tecnificação, muitas vezes, sem capitalização; urbanização de valores, do lúdico, das relações afetivas, da dimensão teológica, da educação, do consumo; estigma de ser herdeiro; relações de produção regidas pelo contrato; formas matrimoniais mescladas culturalmente e diferenciadas entre si; individualismo e individualidade; redefinição do papel da mulher; desruralização; desagrarização.

Isso tudo não está claro, evidente, explicado. Algumas abordagens as vêm só pela ótica da racionalidade instrumental; outras pelo *desencantamento do mundo*. A ambigüidade é a tônica. A modernidade parece que esconde tudo. Produzir excedentes para o mercado apresenta-se como sinônimo de rompimento da tradição. Concordamos com *Woortmann* (1990) quando diz que a *estrada da modernidade* cria um movimento que serve de *canal*, de *veio* para reconstruir a tradição.

## 1.2 Problematização

A vinculação camponesa à agroindústria - que é, talvez, o espaço produtivo mais racional no meio rural da região - não se serve de valores, de uma racionalidade interna camponesa como forma de maximizar lucros? Não seria isso que faz com que a empresa não produza sua matéria-prima? O resgate de práticas históricas, por mais que hoje estejam revestidas, *travestidas* de modernidade, não seria um meio de *sobreviver* aos mecanismos de transformação tanto da técnica quanto do Direito, como da nova moral? O trabalho assalariado - pluriatividade também no espaço urbano -, a vinculação à produção por contrato, não seriam também uma estratégia interna de preservação da família (seu tronco), do patrimônio indiviso, inclusive até, como forma de possibilitar a modernização? O sacrifício de alguns membros da família (não-herança, não-remuneração do trabalho interno, etc.), a não-reprodução social do indivíduo não estariam em função de categorias nucleantes (honra, hierarquia ...) objetivadoras da família? Poderiam essas ser consideradas como auto-exploração, paradoxalmente, dentro da família? Questões e mais questões que, sem dúvida, mereceriam inúmeros estudos!

A técnica não é neutra. É fruto de um processo de transformações econômico-sociais da sociedade englobante que busca anexar os espaços locais no universo da racionalidade das condutas econômicas, objetivando maximizar produção, lucros; universalizar práticas; dominar, reificar, simbolizar, aculturar, especializar...; também emancipar, instituir um campo de lutas<sup>4</sup>...

---

<sup>4</sup> Não vamos aqui entrar no debate sobre aspectos socioeconômico-filosóficos da técnica e de seu papel social. Sabemos que inúmeras discussões giram em torno de aspectos que vão desde a autonomia relativa ou não ao chamado *sistema técnico*, sendo simples prolongamento funcional dos órgãos do corpo, ou então, a autonomia relativa das estruturas que se cristalizam nos objetos técnicos. Outros separam

Temos, no entanto, a convicção de que o real modificado espaço-temporalmente é marcado por práticas sociais, econômicas, culturais, que entram em luta num *campo de possibilidades*, com desfechos *a priori* não previsíveis, no caso aqui, pela própria técnica.

O contrato de produção, por exemplo, sedimentado pelo direito racional e pela moral camponesa, é uma questão que, aparentemente, parece ser sobretudo econômica, porém, acreditamos, ela envolve questões sociológicas. Não seria uma forma de ligação umbilical do camponês (com toda a sua simbologia social) com a sociedade global? Que implicações traz para seu *ethos* a obrigatoriedade jurídica? O contrato de produção agroindustrial demanda uma infinidade de inovações técnicas. Poderíamos interpretar aí duas lógicas que se defrontam, uma que se contrapõe ao sistema econômico tradicional e outra à economia dominante? É possível ver as relações de trabalho sob a ótica da intensa inovação técnica, desvinculada do horizonte da vivência cotidiana camponesa (família, vida social, religião...). O contrato torna os camponeses meros executores, assalariados disfarçados? Se é isso, como se explica a intensa vinculação dos mesmos e a presença maciça de agroindústrias na região? Muitas questões poderiam ser levantadas.

Nesta reflexão, não temos a pretensão de dar conta de todas essas questões; queremos apenas contribuir com algumas informações, mesmo porque o projeto é mais amplo e a pesquisa ainda está em andamento. O importante, primeiramente, ao que nos parece, é que não se rotule apressadamente uma relação que envolve dinâmicas em profundo conflito, dinâmicas essas em processo, que penetram instâncias tanto do local quanto do global; que estruturam resistências, pressões, identidades, processos sociais da economia industrial capitalista, *também do horizonte camponês...*; que merecem ser percebidas, de preferência, *in loco*, nas suas próprias experiências, corroborando, assim, para a tese da permanência-redefinição do camponês, sob a ótica do conflito e na dialética vivido-concebido.

Portanto, para dar conta de algo sobre a problemática levantada, enfocaremos, primeiramente, algumas relações que dinamizam práticas de resgates, rearranjos e rupturas no vivido das relações familiares, no sentido de mostrar como o cotidiano do camponês em meio à racionalidade técnico-econômica se organiza sob a ótica do conflito. Posteriormente, teremos a preocupação de simplesmente relatar mecanismos, estratégias, formas de ação

---

tecnologia e cultura material de um lado e formas culturais de outro. Alguns tematizam a função simbólica da técnica principalmente na vida cotidiana; aí a técnica teria mais função de símbolo, como aspecto mágico-mítico-religioso, justificando a *ignorância* do conhecimento técnico nessa esfera. Abordagens outras caminham na ótica da produção social da tecnologia, buscando inserir na análise aspectos políticos, econômicos, ideológicos, culturais..., tematizando importâncias, desagregações, integrações, emancipações... desse objeto material e simbólico *do e no* social. Ver, entre outros, *Habermas* (1980), *Simondon* (1969), *Marx* (1980), *Figueiredo* (1989).

que envolvam relações de trabalho, com o intuito de mostrar as lógicas que perpassam o horizonte da reprodução do núcleo familiar.

## 2 ELEMENTOS NUCLEANTES À FAMÍLIA

*S'il est vrai que la communauté paysanne peut aujourd'hui renaître, en fonction d'exigences et sur des bases modernes, rien de plus intéressant que cette renaissance - d'où sortira peut-être un sens nouveau de la terra (Henri Lefebvre).*

Um detido olhar sobre determinadas relações sociais na região leva-nos a dizer que a idéia de mão-de-obra familiar torna, muitas vezes, a própria unidade um espaço onde relações se complexificam como expressivas de horizontes de trabalho que não têm a conotação de família. A construção simbólica da unidade familiar em meio à racionalidade técnico-econômica pode escamotear uma realidade conflituosa, não aparente, expressa nas questões de gênero, na divisão social e sexual do trabalho, na partição e sucessão do patrimônio, na indivisibilidade dos *lucros*. Esse aspecto a expõe e, ao mesmo tempo, resguarda e limita intencionalidades do processo social e cultural mais abrangente.

Algumas relações familiares e estatísticas, em nível de região e de Brasil (com especificidades e diferenças regionais), indicam profundas mudanças no processo, entre elas: queda da taxa de natalidade; consolidação de famílias nucleares e redução das que habitam sob o mesmo teto; crescimento de uniões informais; valorização da individualidade, tendência à masculinização jovem no meio rural; trabalho fora; mobilidade social; aumento do grau de escolaridade...

No meio rural da região, constata-se, em graus diferenciados, processos tendentes presentes nos aspectos mais amplos da sociedade urbana. No entanto, há especificidades inclusive na *tradução* de mudanças que, ao se *incorporarem* no espaço da família rural, tomam sentidos específicos. A dificuldade de reprodução (compra de terras), o espaço limitante de sobrevivência no universo urbano, a absorção da racionalidade técnico-econômica e a nova divisão social do trabalho - a partir do acervo técnico-mecânico -, o contato freqüente com universos diferenciados... dão a tônica da especificidade e, ao mesmo tempo, da ressonância dos processos sociais, bem como da interpretação que determinadas instâncias genéricas (leis, lucro, renda, natureza, modernidade...) ganham nesse espaço sociocultural.

Percebemos, por exemplo, que a terra e o direito sobre ela são elementos fundamentais na reprodução social e da família. A terra é o centro da materialidade do imaginário camponês. A terra, enquanto patrimônio, é uma variável de reprodução material (*razão cultural*) e moral. Ela é um patrimônio de um *tronco*, expressão de uma família, de uma hierarquia (Woortmann, 1995); é a concretude da descendência.

O sentido mercantil desse meio de produção (sua fetichização e importância objetiva), sob a racionalidade técnico-econômica, provoca inúmeros conflitos entre a reprodução das formas de trabalho e de vida familiar e os critérios racionais de rentabilidade econômica e de ascensão social. As formas ou estratégias de transmissão da propriedade expressam interesses familiares muito relativos (tendo em vista o valor da individualidade, promovido em alguns casos pelo Direito, ou também podem ser fruto de um processo incorporado por formas de gerações anteriores).

Esse processo se expressa na redução da prática do *minorato*, nos conflitos, na distribuição de parcelas econômicas entre membros, na *expulsão* dos velhos. No caso dessa, constatamos práticas de arrendamento do pai para o filho, ambos habitando sob o mesmo teto. *Espaços familiares* estão imbricados em processos econômicos complexos. Não raro, percebemos e registramos descontentamentos, desconfiança, inamistosidade, tensão, questionamentos entre pais e filhos que dimensionam essa relação.

## 2.1 A Dimensão da Moral Cotidiana

Quando falamos na moral, não a entendemos como uma esfera autônoma e, sim, como dimensão que se faz presente em todos os horizontes de vida e de ação do homem cotidiano. Buscamos aqui percebê-la mais como uma atividade prática que se apresenta nas ações, decisões, tanto do particular quanto das exigências genérico-sociais. Sabemos que o conteúdo das relações morais exerce um papel ideológico na organização da vida cotidiana do indivíduo, seja na forma de *regulação*, de *subordinação*, de *juízo de valor* (pelo costume, pela espontaneidade impensada, pela *obrigação* de inserção do particular no sistema de exigências sociais...), pela *repressão*. Porém, pode ser *integradora* (autoconservação de integrações sociais - família, comunidade, cultura, reciprocidade...), *socializadora*, criar os movimentos éticos (elevações acima das motivações particulares, de caráter individual).

Como diz Heller (1987), na vida cotidiana e em outras esferas de relações com conteúdo moral, há uma co-presença da moralidade (subjetiva) e da legalidade (objetiva). Ambas são promotoras de conflitos entre as *exigências internas* e as obrigações (normatividades). O encontro dessas esferas nos atos de conteúdo moral resgata normas abstratas (a presença do mais amplo, do universal...) e concretas (exigências sociais imediatistas, no nosso caso, a *subordinação* ou sacrifício do indivíduo pela manutenção da família), provocando contradições, conflitos; caracterizando virtudes, méritos, regras, sabedorias, reciprocidades, represálias.

O que nos interessa no momento é que, na vida cotidiana, o âmbito da validade moral é sua *dimensão concreta*. Aliás, é difícil, nas ações cotidianas do camponês (ou de qualquer cidadão comum), perceber as contradições entre as duas dimensões (o que caracteriza uma alienação moral); também, dificilmente

ambas se realizam plenamente. Disso que falamos, podemos dizer que o espaço da vida cotidiana é um espaço onde a moral torna-se parte orgânica da presença do indivíduo em diferentes situações, sejam elas heterogêneas, espontâneas, conscientes, atemporais, etc.

Acreditamos, pelas respostas que obtivemos dos camponeses, que há temporalidades que se cruzam, alimentando intencionalidades comuns, resgatando sentidos longínquos, porém adaptados, modificados (ou modificadores) frente a situações presentes. A categoria de *pertencimento* de tempos tradicionais, da manutenção do passado, ao que nos parece, está bem presente nas formas de organização da família, no espaço e forma da casa, nas relações de trabalho, no contato com a terra, configurando também uma organização interna do espaço e uma ética da natureza, com sentidos e ações próprias.

Temos a intuição de que essas temporalidades internalizadas (modernas e tradicionais) abarcam planos subjetivos e objetivos, nucleados em torno da *terra*, da *família* e do *trabalho*; ambos pensam, se complementam, se vinculam. Portanto, a racionalidade moderna técnico-econômica não é absoluta. Por mais que existam máquinas, negócios, trocas, vendas, salário, excedente, agroindústria, tempo de trabalho..., há o colono (com sua simbologia e imaginários); há mulheres; há heranças; há terra (ética camponesa da natureza...); há casamentos; há velhos; há hierarquias; há entreatuda; há usos; há pesca; há o vinho..., os quais, juntamente com as leis de mercado, *obedecem a uma ordem moral*.

Quando a agroindústria define, seleciona, exclui, *adapta*, se serve, precisa, exige..., está levando em conta projetos individuais da racionalidade camponesa. A técnica envolvida nessa relação de produção não consegue ser tão linear como alguns apregoam. Ela está redefinida no horizonte do mundo camponês. O perfil de integrado que as agroindústrias da região redefiniram nos seus *planos estratégicos* para os próximos anos não se fundamenta unicamente na racionalidade técnico-econômica-industrial. A subjetividade, o perfil de camponês estão aí projetados nos modelos estratégicos das agroindústrias.

Não há dúvidas de que a vida cotidiana dos homens (no nosso caso dos camponeses) se desenvolve num *mundo* determinado, cujas mudanças repercutem na estrutura da cotidianidade.

*Heller* compreende a história como *substância da sociedade*, sendo os indivíduos sujeitos sociais, formadores da estrutura social.

*A sociedade não dispõe de nenhuma substância além do homem, pois os homens são os portadores da objetividade social, cabendo-lhes exclusivamente a construção e transmissão de cada estrutura social (...). A substância não contém apenas o essencial, mas também a continuidade de toda a heterogeneidade da estrutura social, a continuidade dos valores (...). O valor, portanto, é uma categoria ontológico-social, como tal, é algo objetivo; mas não têm objetividade natural e sim objetividade social. É*

*independente da avaliação dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais.* (1987: 2-4).

Heller se serve da interpretação que Markus (1975) faz do *jovem Marx*, elencando os componentes essenciais do humano: atividade produtiva, socialidade, universalidade, consciência e liberdade. Essa concepção não é essencialista e, sim, histórica, enquanto campo de possíveis, descontínuo e, em alguns momentos, contraditórios.

É deste modo que Heller distingue *realidade* de *possibilidade*. A tradição, por exemplo, é algo que está sendo sempre produzida, porém isso não significa que sua posição seja proeminente em determinada época nem que seu desaparecimento da cena significa seu pleno aniquilamento. As formas de como os valores sociais se preservam podem variar, dependendo dos grupos, das comunidades, dos períodos históricos: “nem um só valor conquistado pela humanidade se perde de modo absoluto; tem havido, continua a haver e haverá sempre ressurreição” (Heller, 1987: 10).

A moral não se constitui numa esfera autônoma. Está conectada com a particularidade e com a universalidade genérica humana em situações concretas da estrutura social. “A moral é sobretudo uma atitude prática que se expressa em ações e decisões que concernem às ações” (Heller, 1987: 132). Os códigos morais exercem uma grande influência na vida cotidiana dos indivíduos, por serem justamente uma atitude prática de regulação (da particularidade às exigências sociais) e de *subordinação* (aos costumes, ao coletivo). A vida cotidiana alienada tende a canalizar a moral à particularidade. Porém, o momento ético é aquele no qual os valores morais ganham constância, elevam-se; quando se compreende a interiorização de exigências genérico-sociais.

Portanto, a moral *na* e *da* vida cotidiana é tão heterogênea como a própria vida cotidiana; serve para dinamizar formas recíprocas e/ou de represália frente à incorporação e à ação dos valores imersos na cotidianidade.

Nesse horizonte que tematiza formas capitalistas no seio do universo familiar camponês, entropem-se afinidades eletivas, estratégias contrapostas, solidariedades e explorações, relações essas que, ao se cruzarem, orientam práticas sociais, rupturas e novas interpretações culturais. O que queremos dizer é que há um conflito explícito entre a dimensão das regras, da moral tradicional, que insistem em legitimar relações e algumas ações concretas que no *tempo* se alteram.



O vínculo de parentesco (próprio do conceito urbano-industrial-ocidental de família)<sup>5</sup> legitima formas de trabalho familiar expressivas de graus diferenciados de intensidades, de tipo de trabalho, de remuneração, etc. A pluriatividade de membros da família, a agricultura de tempo parcial, a mobilidade em direção ao trabalho urbano, dinamizam trajetórias possíveis, dificultando a unificação da família. O papel do pai, por exemplo, modifica-se, porém não acaba.

A racionalidade técnico-econômica, ao implementar saberes racionais e científicos junto à esfera de trabalho, reduz o prestígio social da tradição, do saber adquirido empiricamente por anos de observação (*sua ciência; a arte da localidade*), herdado e transmitido. Porém, esse mesmo saber legitima resistências em relação a decisões internas da unidade, bem como junto a agentes difusores de tecnologia<sup>6</sup>. Na prática cotidiana, o homem cria noções de seu mundo; elabora, pelo menos em parte, suas próprias representações das coisas, as quais o auxiliam a expressar esse seu mundo ou as relações do mundo que o circunda. Percebemos que o contato com a terra, a propriedade e sua história (simbologia) é muito mais que um modo de produção, um capital; é a sua história, sua cultura.

## 2.2 O Espaço do Direito

A vida cotidiana está constantemente influenciada em seu modo de ser específico pelas transformações de ordem econômica e política. O Direito, como produto e produtor dessas instâncias, regula a distribuição dos bens, dos homens, dos espaços, das formas de contato, sob a ótica do *lícito* e do *ilícito*.

Na dimensão que nos interessa, que é a vida cotidiana do camponês, o Direito exerce grande influência, porém imbrica-se a outras esferas, sejam elas a religião, a moral, a tradição..., constituindo-se, muitas vezes, como um *fato externo*. No entanto, como vimos na produção integrada às agroindústrias, o Direito, numa forma geral, colabora para regular a vida cotidiana dos homens, limitando a validade do interesse particular ao que é lícito; tornando problemático o conceito de valores genéricos, pois pode tornar-se expressivo de valores do capital (no caso das agroindústrias).

---

<sup>5</sup> *Woortmann* (1995) defende a tese de que o casamento entre camponeses não era uma simples escolha individual, não eram dois indivíduos que se casavam, mas duas famílias que *entravam em acordo*.

<sup>6</sup> Fizemos uma breve análise do papel da técnica e do agente técnico, mostrando os conflitos aparentes, as intencionalidades, a violência simbólica, as (as)simetrias, o *consenso* da técnica..., junto ao produtor integrado à empresa *Perdigão*, buscando desvelar uma relação que se reveste da simbologia da integração. Ver *Tedesco* (1994).

No caso em questão, o Direito que legitima o contrato de produção é o mesmo que transmite uma certa *lógica da igualdade*, a qual, ao que nos parece, valoriza a individualidade no seio familiar. A dinâmica do Direito, enquanto normatizador de relações internas e externas à unidade familiar, acreditamos que esteja inserida numa dinâmica cultural (em movimento) a qual transmite significados e representações configuradas no vivido histórico dos camponeses. O Direito, então, estaria fazendo parte de um conjunto de estratégias que formam o imaginário subjacente às representações histórico-sociais do estilo de vida camponês, estando presente aí as relações econômicas, políticas e de convivência.

É claro que a técnica (suas inovações) é concebida e proposta em função de uma lógica econômica e que, em grande parte, mesmo não tendo sido tomados de surpresa, é estranha aos camponeses. Adotar o acervo técnico pode colocar em causa um número de elementos da estrutura social, da organização familiar, de hábitos individuais, de autoridade e do saber paterno, de transmissão do conhecimento... Mexe com todo *um sistema cultural* e social.

Dessa dimensão advém a questão da herança como importante, pois nela se estabelece a relação entre o indivíduo e a família em termos de como esses valores cristalizados tentam se sobrepor ao indivíduo, enquanto perspectiva econômica e de fragmentação familiar. O direito à herança conserva e introduz matizes problemáticas e complexas. Percebemos que o direito à herança está mais delimitado a quem nela trabalha desde que faça parte da unidade familiar (fruto do vínculo direto de parentesco)<sup>7</sup>. No entanto, grandes diferenças em alguns casos e, em outros, mais amenas, se fazem presentes na partilha entre homens e mulheres, normalmente em detrimento destas. Algumas famílias buscam resolver isso na vigência da autoridade paterna para que justamente não deixem de vigorar os *acordos* e se apele para o elemento legal. Aliás, é mais uma expressão de situação em que lógicas se cruzam, provocando, evidentemente, conflitos, ou melhor, é a lógica *original* se defendendo capitalisticamente frente à lógica técnico-burocrática do Direito.

---

<sup>7</sup> Mesmo tendo presente que, em algumas decisões na sucessão, leva-se em conta a legislação vigente, as condições *técnicas* de reprodução social, a conjuntura socioeconômica e o capital material e simbólico presentes na unidade, as estratégias de socialização ligadas ao filho sucessor (não incentivo ao estudo...), no significativo *casamento de genro* (em unidades onde só há filha), as condições econômicas dos noivos, bem como aspectos étnico-culturais... se fazem presentes. Se o casamento, por exemplo, em alguns momentos, é *construído*, o genro não passa tão *liso* assim também. Ouvimos depoimentos de pais que nos disseram da importância dos genros na *preservação da família*, envolvendo aí tipologias e questões que vão desde a herança, *vontade de trabalhar*, *gente de raça*, gerenciamento da produção... enfim, colocações expressivas de uma situação de ambigüidade, incerteza e tensão entre a dimensão da família, a valorização da individualidade e as questões econômicas.

Difícil contemplar a racionalidade e a burocratização do Direito onde a doação (poder do pai), os costumes, insistem em encontrar espaços<sup>8</sup>. Apresentam-se situações mais complexas ainda devido a fatores de ordem técnico-mecânico no processo de trabalho, à falta de perspectiva dos jovens (pouca terra, estigma de colono, entre outras questões de ordem da construção do imaginário coletivo-social e individual), que fazem geralmente com que alguns migrem para a cidade<sup>9</sup>, ou até a família inteira, arrendando, vendendo ou deixando *taperas* espaços de terra produtiva.

Encontramos herdeiros descontentes com o fato de serem escolhidos (*preparados*) para serem sucessores (podendo variar entre primogênito, ultimogênito, o importante é que seja homem e *dado* às lides de colono). A problemática econômica e cultural por que passa o camponês hoje expressa a posição de um certo desprivilégio de ser herdeiro. Ficar junto ao pai, sucedê-lo, que no passado fazia parte do imaginário de reprodução camponês, não é mais tão presente, o que expressa o *afrouxamento* de determinados valores que articulam a lógica da transmissão do patrimônio no confronto com estilos, desafios e atrações em relação a espaços e modos de vida concorrentes<sup>10</sup>. Alguns herdeiros *se salvam*, como um deles disse, se alguma das irmãs ganha o *dote* em terra (o que, no universo pesquisado, é raro!); - do que resulta a possibilidade de compra da terra pelo herdeiro, normalmente a preço mais barato (a herança, assim, não chega às mãos da mulher; circula entre homens e é apenas um fator de intermediação). Isso quando, é evidente, não há o acesso do marido à terra da mulher, o qual a vende para comprar meios de transporte ou de produção. É muito difícil para a mulher *usufruir* de sua herança, o que, sem dúvida, implica questões de ordem simbólica que, em meio à democratização do Direito na modernidade, não é lugar-comum, pelo menos ainda.

Importante é compreender essas relações num contexto de dificuldade de reprodução socioeconômica de uma forma de vida histórico-cultural, a qual encontra *estratégias* internas para evitar a tendência à fragmentação do

---

<sup>8</sup> Percebemos uma certa reprovação de pessoas alheias aos conflitos (vizinhos, parentes, padres...) em relação aos casos judiciais. A apelação ao Direito fere, reduz o poder do pai e de alguns mediadores comunitários na definição de relações e atividades constitutivas do presente e da continuidade da unidade familiar.

<sup>9</sup> Só de uma *comunidade rural*, em 1993, saíram 16; alguns retornam. As trajetórias se cruzam e se complexificam, juntamente com os contatos e descontinuidades culturais em convívio intra e interfamiliar e comunitário. A essa saída acrescentam-se questões de ordem simbólico-moral (idéia de família, da *perdição*, facilidade de mistura étnico-cultural-religiosa, sobrenome -memória-, sangue, compadrio, o *de fora*, autoridade/autonomia...) envolvidas em possíveis alianças.

<sup>10</sup> Ver uma análise sobre isso numa região da França em *Maria Carneiro*: "Memória e genealogia no estudo de trajetórias sociais, 1995 (texto para a Anpocs).

patrimônio. A redução do número de filhos, os casamentos *arranjados* e acordados, a exclusão - pelo menos em alguns casos - das mulheres no acervo do patrimônio-terra são expressões desse processo de reprodução social na região.

Esses novos rearranjos da reprodução no seio do cotidiano camponês nos desafiam a entender seu real significado, assim como as questões de gênero (concebidas ou evitadas), a divisão sexual do trabalho, o papel da comunidade, o espaço da valorização da individualidade no seio da unidade, o balanceamento do *coletivismo interno*, a escolarização, entre outras. Esses elementos complexificam particularidades (totalidades não-aditivas) relacionadas à tecnificação, urbanização e mudanças na família rural.

De qualquer forma, a família é o centro da cena. Determinados valores fixados na identidade familiar-patrimônio impõem barreiras à mera mercantilização da terra e ao processo de individualização da família, mesmo sabendo que essa dinâmica como um todo instiga, pela técnica, pela mercadoria, o *status* de capitalizado. Forçando o argumento, concordamos com *Bourdieu* (1989) em que a individualização no mercado de trabalho urbano e rural (este pela técnica) e a intensa subordinação da sociedade camponesa à sociedade industrial limitaram o papel da família como instância entre o indivíduo e a sociedade no espaço rural, dando, com isso, margem para que conflitos e interesses antagônicos se sedimentem e as tensões e conflitos configurem a crise de reprodução social do camponês. É, no entanto, expressão de um campo de lutas entre uma individualidade - muitas vezes motivada pelo Direito - que quer se sedimentar e um todo (moral) inserido no conjunto do *ethos* camponês, que se reifica e se torna virtude pessoal, honra, reciprocidade (ao se materializar), sendo seu conteúdo internalizado.

### 3 A DIMENSÃO DO TRABALHO

*Que estranho mundo é este no qual uma grande parte da massa dos proprietários dos meios de produção luta para obter o nível de renda que a lei reconhece aos que lhes vendem sua força de trabalho* (Gervais, 1976: 624).

Entender as formas expressivas das relações de trabalho presentes nos novos processos sociais em ato no meio rural na região implicaria um estudo exaustivo, envolvendo questões macro (centralidade do trabalho, técnica, produtividade, mercado...) e micro (divisão interna do trabalho, acervo técnico-mecânico, nível de renda e de consumo...), presentes e confrontados na dinâmica da esfera tecnológica e em elementos socioculturais.

É como diz *Firth*:

*trabalho familiar é um conceito de certa forma quase econômico (...), pois os laços que unem os membros da família num trabalho cooperativo não*

*podem ser compreendidos em termos de seus interesses econômicos comuns na produção e em seus resultados (...). Economia camponesa é aquela que liga compradores e consumidores, alocação de recursos e alocação de produtos numa rede de laços que são mais pessoais, mais diretamente perceptíveis do que o seriam numa economia mais desenvolvida.* (1969: 23).

Numa forma genérico-sintética, percebemos a importância da categoria e ato de trabalho como fundamentais, em termos concretos, na reprodução e na sobrevivência e, em termos simbólicos, na construção e reprodução da sociabilidade do estrato familiar.

O trabalho da unidade familiar aglutina-se em função de inúmeros fatores: divisão do trabalho, tipo de produto e de solo, fases de produtos, estações, acervo técnico-mecânico, número de membros da família, estudos, profissionalização, entreajuda, assalariamento... Apenas essas variáveis já dão uma idéia da dificuldade de entendimento e mensuração, o que demonstra que a racionalidade econômica pura e simples não dá conta dessa problemática.

Em termos empíricos, o que constatamos é o privilegiamento da família como unidade de trabalho. A divisão do trabalho parece acontecer quase naturalmente, como produto da instância cultural em transformação. O chefe da família é quem orienta determinadas práticas e decisões cotidianas.

Mesmo que o trabalho seja de conotação familiar, nada impede que, em alguns momentos, a unidade familiar opte por pagar trabalho assalariado; decida-se por mecanismos de parceria, arrendamento com matizes e vieses legais e/ou informais/tradicionais nos quais o espaço físico, a proximidade, a confiança, a necessidade/poder dão a determinação dos aspectos envolvidos nessa relação.

O trabalho assalariado não perverte a conotação de trabalho familiar, muito menos lhe dá conotação de capitalista, pois, ao que nos parece, o desenvolvimento do capital enquanto relação social não é bem nítido. A forma *salário* ocorre em função de circunstâncias do ciclo de existência da família, sendo o dispêndio de pagamento uma redução do rendimento desta<sup>11</sup>.

O emprego do trabalho assalariado eleva os custos de produtividade, o que, sem dúvida, a especificidade metodológica, economicamente falando, da

---

<sup>11</sup> O espaço não nos permite ir além, no entanto podemos dizer que o elemento *salário*, no espaço do produtor familiar, não pode ser entendido pela conceituação que recebe no espaço urbano. O espaço, o tempo, o valor não são fragmentados pelas suas potencialidade abstratas e justapostas (Mendras, 1984). A concepção de *trabalhador assalariado* no tempo social, linear e econômico da racionalidade técnico-econômica dimensiona aspectos mensuráveis, impossíveis ou com dificuldades de serem apreendidos tecnicamente no universo camponês e rural.

intervenção do Estado<sup>12</sup> na determinação do preço mínimo não contempla (Abramovay, 1992). O emprego do trabalho familiar, em termos econômicos, deveria favorecer a acumulação em outros setores (tenhamos em mente o atual estágio do Plano Real!). Os preços baixos favorecem a abertura de novos mercados, expandindo as vendas, mantendo a força de trabalho urbana com salários baixos (Servolin, 1989).

Temos claro que é falaciosa a argumentação dos grandes grupos do capital voltado para o setor rural de *que o camponês é irracional em termos econômicos*. Ao mesmo tempo que a lógica produtivista a exclui (via crédito, preços, mercado), a conserva. Essa contradição é inerente à lógica *contraditória* do capital<sup>13</sup>. Mais evidente na região em questão é a importância da produção de subsistência como compensação de uma remuneração baixa das empresas agroindustriais aos integrados, processo esse que está longe de ser visto como lógica dicotômica, excludente ou irracional<sup>14</sup>.

Mais no nível do simbólico ou da construção do imaginário histórico-social enquanto camponês, o salário carrega consigo estereótipos, estigmas, valores, racionalizações, contempladas na dinâmica de identidades negativas, principalmente em meio aos descendentes italianos na região. É como se a carga do desprivilégio caísse sobre o indivíduo, não sobre as condições sociais. O colono deve ser capaz na sua própria terra, com seu *próprio* trabalho, de produzir para sobreviver!

A própria prática da parceria nas relações de trabalho é fruto de circunstâncias negativas à reprodução da unidade. Insuficiência de terra, incapacidade de exercer o trabalho por alguns membros da família, falta de recursos financeiros para adotar a insumização e maquinação necessárias para o tipo de produto são os maiores motivadores da adoção da prática da parceria. Mais uma vez, constatamos que as formas de se relacionar com o trabalho são expressão da estrutura mais ampla da sociedade, porém criadas e recriadas em função de situações próprias e do poder do capital nela envolvidos.

---

<sup>12</sup> O Estado moderno, junto ao setor agrícola, estruturou um aparato intervencionista sem o qual o setor não cumpriria as estratégias da macroeconomia: preços e renda são institucionalizados, transferência de renda a outros setores via preço baixo dos produtos alimentares, etc. O Estado socializa um espaço pulverizado de estratos produtivos no qual o mercado não tem toda a influência.

<sup>13</sup> Evidenciam-se, na região de Passo Fundo, pequenos proprietários que possuem de cinco a dez hectares, os quais não bastam, via culturas convencionais, para manter a família. O trabalho nas *granjas* é a solução. A sua manutenção enquanto produtor familiar e proprietário fundiário se dá por essa vinculação. O espaço rural do município de Coxilha é expressivo disso.

<sup>14</sup> Trabalhamos isso no quarto capítulo de nossa dissertação de mestrado (Tedesco, 1992: 161 - 320).

As diferenciações se dão também na ótica do espaço e do tempo, materializadas na concepção de renda, nas práticas de trabalho, na necessária intervenção do Estado, etc. O tempo, em grande parte das relações sociais e de sociabilidade da unidade familiar, não é uma quantidade pura, homogênea em suas partes, mensurável em todos os seus domínios. O trabalho em si é, em grande parte, medida do tempo (Mendras, 1984); ele depende do progresso técnico, do ritmo das estações, da especialização das culturas, etc., o que faz com que, mesmo com o acervo mecânico necessário à produção, o produtor familiar tenha que trabalhar cada vez mais<sup>15</sup>. Porém, o próprio acervo técnico, com as condições econômicas para absorvê-lo, é uma variável que, em algumas situações, é racionalizado pelo elemento força de trabalho disponível, o que demonstra que a relação técnica *sobre* a unidade familiar não é tão mecânica e imediata.

Tempo e espaço possuem ligações estreitas. As diversas atividades no espaço, no tempo e de trabalho se complexificam a partir de exigências externas à unidade familiar, o que faz com que a dimensão simbólica do religioso, da sociabilidade (comunidade, vizinhança, lazer...) passe a se entrecruzar com universos *alheios*, envoltos na dimensão da tecnificação<sup>16</sup>.

Interpretações de cunho linear-evolucionista reificam a tecnologia como algo que se impõe ao homem, desvinculado de suas características sociais, no campo da ação social (campo de saber, poder e lutas em disputas)<sup>17</sup>. Portanto, é um fator constitutivo do agir humano em sociedade, por isso problemático na medida em que implica escolhas e decisões à sua produção, difusão e consumo. Pensar a técnica como *produção social* (Figueiredo, 1989) significa concebê-la como não-homogênea, não-fixa, diversificada, criada e recriada, tendo em vista

---

<sup>15</sup> Com a inserção da máquina (tratores e colheitadeiras principalmente), o tempo técnico foi introduzindo uma unidade nova de hora: é a hora da máquina. Somada a isso, a idéia de *não perder tempo* revela a passagem de tempos culturais ao tempo técnico, o que demonstra que o trabalho, de certa forma, passa a categorizar (mediar) tempo e espaço (Mendras, 1984).

<sup>16</sup> Grande parte do espaço rural da região é servido por telefonia rural. Quase todas as famílias possuem telefone. Sem vê-lo como um aspecto isolado, podemos imaginar a reorganização de processos relacionais no espaço agrário a partir disso. É um espaço de investigação que mereceria atenção.

<sup>17</sup> Há várias dimensões, faces, fases e necessidades do aspecto técnico, entre elas o econômico, o político, o ideológico e o científico. Ambas, interligadas, recíprocas e hierarquizadas, materializam possibilidades de realização de interesses diversos da relação dialética homem-natureza; da substituição do ambiente natural humano pelo autônomo, artificial, no qual os meios se sobrepõem aos fins; da legitimação do sistema; da industrialização; do Estado; do trabalho intelectual (sua *neutralidade*), etc.

o acúmulo (avanços) técnico já alcançado (sua progressão ou diluição), os campos de lutas.

Algumas interpretações vêem técnica como fruto de uma racionalidade desumanizada sob a égide do Estado que faz a individualidade abdicar de sua condição de sujeito, de cidadão; enfraquece a classe trabalhadora como sujeito político; faz do presentismo e do individualismo as referências da visibilidade dos valores fundamentais do ser social. Assim, o homem, em meio aos inúmeros objetos técnicos, sufocado pelo terror hedonista do consumo, sente-se vazio, rompido da dimensão da complementariedade, da diferença. As *necessidades* e sua *satisfação* na sociedade burocrática deturpam a idéia de felicidade. As *necessidades* são telecomandadas, imagiando e modelando o desejo; o indivíduo é separado de seu próprio desejo.

O homem cotidiano é um homem *pré-ocupado*, a economia o exige. O elemento prático-utilitário enreda o indivíduo no conjunto das relações sociais e de produção (o próprio trabalho transforma-se em preocupação). Pela *pré-ocupação*, ocorre uma antecipação do tempo (aumenta-se o ritmo da produtividade); vive-se o futuro; cria-se uma determinada relação (representação) com o espaço, com a natureza (base material *do e para* o econômico); as coisas aparecem fragmentadas; a objetividade passa a ser o sujeito real. “O indivíduo se move em um sistema formado de aparelhos e equipamentos que ele próprio determinou e pelos quais é determinado, mas já há muito tempo perdeu a consciência de que este mundo é criação do homem” (Kosik, 1976: 63).

Acreditamos que a técnica tende a fechar a sociedade, a fechar os horizontes; torna-se obsedante e, por conseqüência, determinante, invadindo pensamento e ação. Porém, ela abre o caminho do possível com a condição de ser investida no horizonte cotidiano. Ela é, portanto, aquilo que abre e fecha a saída, aquilo que obscurece e que descobre horizontes. Há limites na racionalidade técnica. Os *irracionalismos*<sup>18</sup> presentes atualmente na *superfície* não se confundem com o mundo dos signos da técnica, do consumo, do estatismo... O próprio Lefebvre diz que a “diferença nasce do idêntico, o imediato persiste no uso ocultado pela troca, no vivido, como residual, possível. *A sociedade foi modelada ou modulada pelo Estado, porém, não significa que ela foi absorvida* (Lefebvre, 1983: 85).

---

<sup>18</sup> Não há dúvidas de que o excesso de racionalismos provoca, mesmo que pulverizados, excessos de *irracionalismos*, paradoxos, contradições. É o caso das revivências religiosas, dos horóscopos, das superstições, do moralismo exagerado, do trágico e do terror (violência, não-controle da natureza, poluição...), psicologismos, magias, não-ação, consumo dos signos, resgate da individualização em meio à massificação. O consumo material, ideal, personalizante, possui uma idealidade múltipla: ao mesmo tempo em que é satisfação, é frustração; ao mesmo tempo em que é abundância, é privação.



É nesse emaranhado complexo de intencionalidades que a técnica se apresenta como meio e relação de produção e de vida junto à unidade familiar camponesa da região. A especialização da produção, a concepção do espaço terra, novas aprendizagens, a aplicação e difusão da ciência, a mercantilização, individualização e cooperação, seleção e permanência, riscos, sorte, gestão, Estado..., dão a tônica das relações de trabalho e da forma de viver do camponês em função de critérios técnico-econômicos.

A produção de aves e suínos (integrada às empresas Perdigão, Frangosul e Minuano) é o exemplo máximo desse processo racional das relações de produção rural da região. O sincronismo nas práticas no tempo e no espaço, a submissão do produtor às exigências da mercadoria (à sua lógica própria), a repetição das atividades, a dependência ao aspecto técnico... envolvem o produtor numa racionalidade que molda seus impulsos, condiciona-o ao sacrifício de si (tem que estar sempre trabalhando).

Ao mesmo tempo em que as empresas intensificam a racionalidade técnico-econômica junto ao produtor, servem-se de dimensões *tradicionais* - concepção de trabalho, de propriedade, trajetória de produção de animais para abate; a família como unidade de produção; a produção de subsistência intercalada à mercantil; apego, valorização e tendência à acumulação de propriedade; pragmatismo em relação à natureza - reconstróem a seletividade *original* enquadrada na intencionalidade técnico-econômica-produtivista.

A renda, por exemplo, torna-se uma variável mais dinamizada e menos mensurada. Tudo o que *sobra* no final da produção é *renda*. Mas, os valores de uso enquanto *forças marginais*, as *variações do mercado*, o *ramo*<sup>19</sup> de produção, categorizam situações de difícil racionalidade contábil.

A soja, produto que, por excelência, ao ser introduzido na pequena produção familiar, tornou-se um fato social gerador de transformações, é produzida em todas as unidades da região. O uso de máquinas<sup>20</sup> é imprescindível assim como sua inovação. Para tanto, os subsídios do Estado, por mais que sejam discriminatórios (em detrimento dos pequenos), a insumização, a reposição dos pressupostos da produção, tornam o produtor dependente de um processo relacional-mercantil de difícil saída. O diálogo *interno (família) é obrigado* a informar-se com a cooperativa, com os bancos, com

---

<sup>19</sup> O milho serve para criar os porcos, as vacas, a galinha; para fazer a polenta; o adubo (orgânico) para o milho vem do porco; leite e queijo são produzidos e vendidos com a ajuda dos recursos obtidos com o cultivo do milho. A falta de critérios para atribuir renda não é expressão de ignorância, é a especificidade de ações aglutinadas num espaço cultural e econômico em que uma categoria social interage com mecanismos próprios e globais. Análises interessantes nesse sentido encontram-se em *Paulilo: Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: UFSC, 1990.

<sup>20</sup> Quem não tem máquinas ou parte delas, aluga-as. O dono da máquina ganha pelo emprego dela, não só pela força de trabalho.

o comerciante, com o movimento do mercado, com a tecnologia (pesquisa, inovação, pragas, meio ambiente, saúde, controle biológico...). Esse diálogo se redefine na organização do espaço (terras mecanizáveis ou não), no seu preço, na divisão do trabalho familiar, produtos vendáveis e meios de vida, etc.

Vimos, na região, que a mecanização obriga o pequeno camponês a se redefinir, repensar, racionalizar seu estilo de vida em função de sua situação, de suas capacidades expressas nas condições da terra, do trabalho, do aspecto financeiro, do número de filhos, de seu espírito *empreendedor* (não avesso ao risco), etc. Não foram poucos que nos disseram que quanto mais adaptação, inserção e envolvimento na dinâmica técnico-econômica, mais insegurança, ansiedade e conflito aparecem: “parece que a gente teima em fazê (produzir) o que não seria prá nós”, nos diz um colono. As incertezas do *mercado*, instabilidade da política agrícola, as intempéries, pragas, o risco do investimento, o Mercosul... cimentam situações de tensão no universo espacial (enquanto setor) e familiar, pois poderá estar em jogo, entre outras coisas, o elemento fundamental da reprodução camponesa: a terra.

A busca de produtos diversificados e/ou de pluriatividades de membros da família está sendo dinamizada na região. Os *meios de vida*<sup>21</sup> exigem menos acervo técnico-mecânico (em termos modernos) e possibilitam uma racionalização maior da unidade no tocante a sua mercantilização ou consumo improdutivo. No entanto, na medida em que essas se articulam ao processo mercantil, passam pelo universo de relações desiguais (preço, barganha, informações mercadológicas...) com os comerciantes da comunidade e/ou atacadistas.

Percebemos que a chamada *autonomia* (ser dono do próprio produto) insere-se num campo em que as *regras* estabelecidas não estão fundamentadas só no mercado. A relação fica mais complicada ainda quando o camponês dimensiona a venda para os *comerciantes* locais, que podem ser vizinhos, parentes, pequenos produtores também.

Autonomia e dependência são relações, processos, que se dão a partir não só da funcionalidade com o mercado, mas em todas as situações que envolvam a significação *legal* da troca. Vertentes do capital, não conseguindo expropriar na totalidade a força de trabalho do camponês, apropriam-se do sobretrabalho na forma diversificada, via comercialização, principalmente as agroindústrias<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Os produtos que mais se apresentam são: queijo, leite, salame, cebola, laranja, feijão, amendoim, batata-inglesa, ovos.

<sup>22</sup> Movimentos e conflitos sociais explícitos por terra, preços, sindicalização, saúde, aposentadoria, autonomia, somados às formas alternativas de produção, comercialização, à própria dificuldade de sobrevivência e de reprodução, criam negatividades, desreificam relações sociais aparentemente imediatas centradas na mercadoria. A região apresenta, mesmo que fragmentadas e conjunturais, situações de conflitos explícitos.

É evidente que há um conflito, explícito ou não, entre as esferas que querem, mas que não são autônomas, expresso na tentativa de manter a família, enquanto unidade de convívio, como aspiração de uma organização de trabalho e de vida, e uma dimensão heteronômica (leis externas que determinam a conduta). Ao que nos parece, essa última (modernizada, mercantilizada, profissionalizada, tecnificada...) encontra nesse espaço cultural certo sincronismo. Porém, percebemos desencantamento administrado na negatividade (pela institucionalização da categoria e/ou pela falta de trajetórias de conflitos mais sistemáticos), na falta de autonomia, na aplicação e domínio de conhecimentos próprios, no gerenciamento do trabalho, do tempo, dos meios de produção, do abandono político, principalmente no ramo da produção por contrato com as agroindústrias.

Enfim, o espaço agrário regional - não muito diferente de outras regiões do país - contemplado pelo camponês é um espaço de ambigüidades: ao mesmo tempo em que o camponês se *desvia*, utiliza-se de elementos culturais ou se desprende para se inserir no técnico-mecânico. Nesse mesmo espaço, vertentes do capital urbano servem-se de elementos culturais para expropriar renda da terra e acumular capital.

A percepção que tivemos da compreensão e da crítica que os pequenos camponeses têm da realidade que os cerca, o sentimento de impotência e, ao mesmo tempo, o desafio da organização, a busca de *alternativas* fora e dentro da unidade familiar fazem deles os *operadores do sistema*<sup>23</sup>. Essas situações são produto do duplo movimento de decomposição e de permanência, limites e imposições do capital, resistências e identidades que se cruzam.

Isso tudo é um pouco da *caminhada de possíveis* que o *real* regional agrário nos apresenta.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um primeiro pressuposto epistemológico que tentamos tematizar é que o ser humano se funda num meio cultural em que foi socializado; portanto, reflete aspectos de um longo processo histórico, assim como o manipula, inova-o, recria-o em função de situações presentes. Deduz-se daí que a cultura não age por saltos, que a modernização não destruiu por completo o sistema tradicional, que não há um determinismo geográfico (o *rural*, o *urbano*). A

---

<sup>23</sup> O espaço não nos permite arrolar vários conflitos relatados e presenciados entre, principalmente, integrados e empresas. As formas de *driblar* regras oficiais (ou oficiosas) de fisco, as estratégias no sentido de encontrar espaços no mercado regional para determinados produtos, o desvio de determinados produtos, as formas organizativas para obter subsídios e financiamentos, etc. são expressões de técnicas próprias de poder num campo de forças em que partes estão em jogo.

dinamicidade da cultura (difusão, contato, mudança) é correspondente à dinâmica dos processos sociais, temporais, técnicos, simbólicos e significativos que dão unidade às relações e modos de comportamentos sociais.

Vimos que as condições de existência do camponês, pelo seu trabalho, pelas práticas sociais e familiares, vão criando estratégias (fruto do saber social e do *saber cotidiano*) que buscam dar conta das ações e processos relacionais, necessários (pragmáticos) ao seu mundo vivido. Essas estratégias tematizam questões nas várias dimensões simbólicas e materiais, como instrumento do agir social. A sua logicidade se funda na ordenação, nas previsões, na difusão, na regularidade, na classificação das ações cotidianas. O tão propalado *continuum* tradicional-moderno não dá conta das errâncias, da síntese das vivências, do modo como os camponeses organizam a (re)produção das relações sociais.

Percebemos na região que, por exemplo, o estudo passa a ser uma alternativa de herança (incentivado, inclusive, pela relação de produção contratual), um capital de base cultural. No entanto, o conflito e a ambigüidade da situação se expressam na ação de *empurrar* o(s) filhos(s) para fora para que tenham *futuro* com o estudo (a proposta de nucleação no espaço urbano é expressiva disso)<sup>24</sup>. Aí se localiza a grande tensão no núcleo presente e futuro da família.

A estratégia do estudo, do trabalho assalariado, do arrendamento, da produção contratual, bem como o esforço para modernizar-se tecnicamente, dão-se num horizonte que é pensado *em função da família*, dos papéis dos membros institucionalizados historicamente, que, mesmo em mudança e em conflito interno e externo, tematizam a complexidade da redefinição desse estrato de vida e de produção em meio às relações capitalistas de organização social.

Acreditamos que o espaço agrário regional poderá ser melhor entendido se a episteme que norteia os trabalhos acadêmicos não ficar reduzida à ótica da funcionalidade econômica e tecnológica. O *olhar interno* também precisa ser levado em consideração, o que, sem dúvida, problematizará, e muito, as questões teórico-metodológicas na apreensão empírica do real. Eis aí um

---

<sup>24</sup> Registramos momentos de discussão entre o Poder Executivo, secretária da Educação e camponeses sobre essa questão na região. A resistência dos camponeses ao deslocamento deve ser compreendida na ótica da tentativa de preservação da identidade de camponês, do *ethos* rural, historicizado e sedimentado em práticas familiares e comunitárias, enquanto projeto de vida camponesa e, ao mesmo tempo, da consciência explícita do papel da educação no meio rural e na sociedade em geral. As estratégias para não fechamento de escolas foram inúmeras. Dentre elas, registramos matrículas de pais, mães e jovens que pararam de estudar há muito tempo no sentido de contribuir para que houvesse número suficiente de alunos na referida escola e ela não fosse passível, segundo a legislação, de fechamento.

imperativo que as multifaces da realidade colocam ao espaço acadêmico e que precisam ser encaradas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BHOURDIEU, P. Celibat et condition paysanne. *Études Rurales*, Paris. n. 5 e 6, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Le sens pratique*: Paris, Minuit, 1989.
- CHAYANOV, A. *The theory of peasant economy*. Illinois: American Economic Association, 1968.
- FIGUEIREDO, V. *Produção Social da Tecnologia*. São Paulo: EPU, 1989.
- FIRTH, R. *The social structure and peasant economy*. Wharton: C.R. Org., 1969.
- GARCIA JR., A. *O Sul: caminho do roçado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. Tese. (Doutorado).
- GERVAIS, M. *La fin de la France paysanne*. Paris: Du Seuil, 1976.
- HABERMAS, J. *Ciência e técnica como ideologia*. São Paulo: Abril Cultural, 1987.
- HELLER, A. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1987.
- IANNI, O. Agricultura e mundialização. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre: UFRGS, n. especial, p. 11-20, 1984.
- LAMARCHE, H., coord. *L'agriculture familiale*. Paris: L'Harmattan, 1992. Tomo 1.
- LEFEBVRE, H. *La Presencia y la ausencia*. México: Fondo de Cultura Economica, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Posição: contra os tecnocratas*. São Paulo: Nova Crítica, 1969.
- LENIN, W. *Le developpement du capitalisme en Russie*. Paris: Oeuvres Complètes, 1983.
- LOVISOLO, H. R. *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: Unicamp, 1989.
- MALAGODI. Marx e a questão agrária. Campinas: ABRA, v. 23, n. 20, 1993.
- MARKUS, G. *Marxismo y 'Antropología'*. Barcelona: Grijalbo, 1975.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Cultural, 1985, L.I. (Os economistas).

- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_\_. *La fin des paysans*. Paris: SEDIS, 1984.
- SERVOLIN, C. *L'agriculture moderne*. Paris: Seuil, 1989.
- SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Mouton, 1969.
- SOUZA, M. F. V. *Os rendeiros da soja*. Campinas: Unicamp, 1992. Dissertação. (Mestrado).
- TEDESCO, J. C. Produtor familiar e agroindústria. *Revista de Sociologia*, Porto Alegre: UFRGS, n. 6, p. 112-134, 1994.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- WOORTMANN, K. Com parente não se negoceia. In: *Anuário Antropológico 87*. Brasília: UnB, 1990, p. 11-73.

## SUMMARY

*TECHNIQUE, LAW AND MORAL: THE DAILY IN CONFLICT-TRANSFORMATION IN THE RURAL CENTRE IN THE REGION OF PASSO FUNDO*

*The text searches to reflect about the familiar and work relations in the dynamic life of the peasant ethos overlapped in the technique-economic rationality. The basic preoccupation is to show the conjunction between the two logics not totally different, neither homogeneous, but, in conflict, they preserve the specifications and conquer the social-economic spaces.*

*Key-words: family, tradition, technique.*

## SINOPSIS

*TÉCNICA, DERECHO Y MORAL: LO COTIDIANO EN CONFLICTO TRANSFORMACIÓN EN EL MEDIO RURAL DE LA REGIÓN DE PASSO FUNDO*

*En el texto, se intenta reflexionar sobre las relaciones familiares y de trabajo en la dinámica de la vida de los campesinos relacionados con la racionalidad técnico-económica. La preocupación básica es mostrar el encuentro de los lógicas no totalmente diferentes, ni homogéneas, pero que en conflicto conversan rasgos específicos y conquistan espacios socioeconómicos.*

*Palabras clave: familia, tradición, técnica.*